**A (RE)INSERÇÃO DA GEOGRAFIA DO AMAZONAS E DA INTERCULTURALIDADE NO CURRÍCULO AMAZONENSE**

Amanda Rodrigues da Silva[[1]](#footnote-0)

Dathia Lemos Melo[[2]](#footnote-1)

Edemir Graça Neto[[3]](#footnote-2)

Mauro Gomes da Costa[[4]](#footnote-3)

**E-mail:** (ards.ped22@uea.edu.br)

**GT 2:** Educação**,** Interculturalidade e Desenvolvimento Humano na Amazônia

**Resumo**: O objetivo do texto é discutir a (re)inserção do Componente Curricular Fundamentos da Geografia do Amazonas e suas conexões com a interculturalidade. Objetivamos chamar a atenção e remeter à discussão referente a (re)introdução dessa área do conhecimento no currículo escolar amazonense. Trata-se de um trabalho de natureza teórica com aportes de pesquisa qualitativa. Os resultados parciais sobre a exclusão da Geografia do Amazonas do currículo amazonense apontam para a superficialidade do conhecimento sobre uma parte considerável da Amazônia brasileira, região permeada de sociodiversidade e de recursos ambientais. Em termos de conclusões provisórias, entendemos que a formação de cidadãos capazes de inserir-se e identificar-se com esse processo histórico-geográfico, por meio da educação, é fundamental para a quebra de estigmas e para a ampliação dos saberes sobre o Amazonas, sua história, seu povo e sua Geografia.

**Palavras-chave**: Geografia do Amazonas; Educação; Interculturalidade.

**INTRODUÇÃO**

A padronização das escolas e do ensino é uma forma de controle utilizada pelas elites para moldar as pessoas de acordo com a ótica capitalista exploratória na qual estamos inseridos, deixando de lado a interculturalidade (SANTOMÉ, 2003, p. 82) e as diferenças. Por interculturalidade, distinguimos as três perspectivas de Walsh (2017): a relacional, a qual limita a interculturalidade ao contato e ao intercâmbio entre as culturas e oculta ou minimiza os conflitos e os contextos das relações de poder; a funcional, vertente que apoia o reconhecimento das diversidades e da diferenças socioculturais com vistas a inseri-las na estrutura social estabelecida; e a crítica, perspectiva que questiona a lógica do capitalismo, aponta para a construção de sociedades diferentes e para outro ordenamento social.

 De acordo com a Lei do Estado do Amazonas nº 1.901/1989, de 11 de maio de 1989, o currículo escolar da Secretaria de Educação do município de Manaus (SEMED) deve constar os conteúdos e as práticas pedagógicas voltadas para a geografia regional no âmbito da disciplina Fundamentos em Geografia do Amazonas (F.G.A). A regulamentação dessa lei ocorreu em 1998 e vigorou até 2010, data na qual a SEMED assinou um contrato com o Instituto Áquila o qual implantou o Sistema de Gestão Integrada Escolar (GIDE).

Essa ferramenta é utilizada para fiscalizar e punir prática docente por meio da obrigatoriedade da inserção dos conteúdos ministrados, sendo que esse instrumento atribui semáforos vermelhos e verdes para avaliar o desempenho escolar, conforme os conteúdos registrados. A prevalência dada pelo Instituto Áquila a certas áreas do conhecimento, em detrimento de outras, como os Fundamentos de Geografia do Amazonas, atende aos ditames de teorias e práticas pedagógicas neotecnicistas, para as quais o alijamento da comunidade escolar dos processos de decisão é tido como normal, minando, assim, a autonomia da instituição escolar enquanto organização complexa, vertente pedagógica defendida pelas pedagogias contra-hegemônicas (TRAGTENBERG, 2018).

A nosso ver, a exclusão dos Fundamentos da Geografia do Amazonas coloca o currículo no terreno da pseudo concreticidade, como afirma Kosik (1976), pois trata os alunos e a comunidade escolar, em geral, como abstrações, pessoas vivendo fora de tempos, lugares e realidades concretas.

 A crítica à educação e à gestão escolar calcadas nos neotecnicismos, movem-nos para o objetivo de discutir a (re)inserção do Componente Curricular Fundamentos da Geografia do Amazonas e suas conexões com a interculturalidade, com aportes da interculturalidade de conhecimentos compartilhados no âmbito escolar.

**METODOLOGIA**

Por considerarmos que os Fundamentos de Geografia do Amazonas trata de uma realidade concreta, específica, a Amazônia brasileira, abordamos essa temática sob a ótica da dialética materialista, perspectiva para a qual o pensamento e a realidade concreta são tidos como realidades dinâmicas, em movimento, conforme aponta Engels ( 2015[1878], p. 93): “a expressibilidade do movimento em seu contrário, no repouso, não apresenta nenhuma dificuldade. Para ela [a dialética], todo antagonismo é apenas relativo; não existe repouso absoluto, equilíbrio incondicional. O movimento individual busca o equilíbrio, o movimento global volta a anular o equilíbrio”.

Em relação aos procedimentos práticos, o trabalho utiliza, inicialmente, o estudo bibliográfico e, num segundo momento, utiliza dados de trabalho de campo, por meio de entrevistas e de questionários, com fins de colher os dados qualitativos sobre a possível retomada da discussão para o retorno dos Fundamentos de Geografia do Amazonas no currículo amazonense.

 **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO**

Os resultados parciais sobre a exclusão da Geografia do Amazonas do currículo amazonense apontam para a superficialidade do conhecimento sobre uma parte considerável da Amazônia brasileira, região permeada de sociodiversidade e de recursos ambientais. Além disso, a reintrodução do regionalismo na formação de discentes possibilita inserir-se, identificar-se, questionar-se e desenvolver visões críticas sobre a realidade Amazônica.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio desta pesquisa pretendemos contribuir socialmente na discussão sobre a (re)implementação e (re)mobilização de uma prática docente que possa ser relacionada às questões de aspectos regionais e geográficos que fazem parte do cotidiano, da vivência e da formação moral, social e crítica dos discentes.

**REFERÊNCIAS**

AMAZONAS. Lei nº 1901, de 11/05/1989. Disponível em:<https://sapl.al.am.leg.br/norma/6352>. Acesso em: 5 jun. 2023.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Duhring: A revolução da ciência segundo o sr. Eugen Duhring**. São Paulo: Boitempo, 2015[1878].

FRANÇA, P. A. R. de; GUIMARÃES, M. da G. V. A educação ambiental nas Escolas Municipais de Manaus (AM): um estudo de caso a partir da percepção dos discentes. **Revista Monografias Ambientais**, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 3128–3138, 2014. DOI: 10.5902/2236130812020. Disponível em:https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/12020. Acesso em: 5 jun. 2023.

KOSIK, Karel Kosik. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **E educação em tempos de neoliberalismo.** trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WEBER, Max [Org. Gabriel Cohn]. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1979.

TRAGTENBERG, Mauricio. A escola como organização complexa, **Educ. Soc., Campinas**, v. 39, nº. 142, p.183-202, jan.-mar., 2018.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas**. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 26, n. 62/1, p. 277-294, maio/ago. 2017.

1. Graduanda do curso de Pedagogia, Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: ards.ped22@uea.edu.br [↑](#footnote-ref-0)
2. Graduanda do curso de Pedagogia, Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: dlm.ped22@uea.edu.br [↑](#footnote-ref-1)
3. Graduando do curso de Pedagogia, Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: egn.ped22@uea.edu.br [↑](#footnote-ref-2)
4. Doutor em Educação. Professor e orientador do mestrado em Educação e do Educação em Ciências na Amazônia, Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: mcosta@uea.edu.br [↑](#footnote-ref-3)